



OEA



Abel Gomes

Mestre em Direito pela UERJ. Doutor em Direito pela UNESA.
Desembargador Federal do TRF2 aposentado. Coordenado e
Professor da EMERJ. Sócio no Licks Advogados





OEA



Adriano Marcus
Brito de Assis

É Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Ex-Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia.
Assessor Especial da Presidência da Conamp.
Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca-Espanha.





OEA



Ana Lya Ferraz
da Gama Ferreira

Secretária Geral e Diretora de Prerrogativas da AJUFE (biênio 2022-2024). Juíza Federal da 2ª Vara Federal de Cáceres/MT (competência plena) (2015-dias atuais) . Juíza Federal Substituta da 3ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo (2013-2014). Juíza Federal e Corregedora do Presídio federal Substituta da 5ª Vara Federal Criminal de Campo Grande/MS; Coordenadora da Central de Conciliação de Campo Grande e Coordenadora Adjunta do Núcleo Regional da Escola de Magistrados da 3ª Região (2011-2013), Co-autora do Projeto vencedor do prêmio Conciliar é Legal promovido pelo CNJ em 2012. Advogada (2005-2011). Mestre em Direito Penal Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 2016. Pós Graduada em Direito Público com ênfase em Tributário (2005). Graduada em direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (2003). Professora universitária (2005 a 2011). Professora de Direito Civil e Processo Penal (2018-2022)



OEA



Anderson de Paiva
Gabriel

Professor Adjunto de Processo Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Direito Processual pela UERJ. Pesquisador Visitante (Visiting Scholar) na Stanford Law School (Stanford University) e na Berkeley Law School (University of California-Berkeley). Atualmente, exerce a função de Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal (STF). Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na gestão do Ministro Luiz Fux, exercendo as atribuições de Coordenador Processual (2020/2022). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), aprovado em 1º lugar no XLVII Concurso. Anteriormente, atuou como Delegado de Polícia do Estado do Rio de Janeiro e como Delegado de Polícia do Estado de Santa Catarina. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo recebido diploma de dignidade acadêmica Cum Laude. Especialização em Direito Público e Privado pelo Instituto Superior do Ministério Público (ISMP), especialização em Direito Constitucional pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e especialização em Gestão em Segurança Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).



OEA

Presidente do Fórum Permanente de Inovações Tecnológicas no Direito. Membro do Instituto Iberoamericano de Direito Processual (IIDP) e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro honorário do Conselho da HSSA (Humanities e Social Sciences Association) da University of California-Berkeley.



OEA



Bruno Bodart

Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com período na Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). LL.M. (Master of Laws) pela Harvard Law School. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (aprovado em 1º lugar). Foi Professor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio). Ex-Juiz Instrutor perante o Supremo Tribunal Federal. Ex-Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Ex-Presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP).



OEA



Carlos Vinícius
Alves Ribeiro

Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público;
Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da Escola
Superior do Ministério Público da União;
Promotor de Justiça; Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direito
de Estado pela USP e em Democracia pela Universidade de
Coimbra; Professor no Mestrado no IDP.





OEA



Clara Mota

Juíza Federal do TRF1. Secretária-Geral do CNJ. Professora de Direito Econômico do IDP.





OEA



Delaíde Miranda
Arantes

Ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Mestra em Direito, Estado e Constituição (UnB), Conselheira no CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), Ouvidora-Geral da Justiça do Trabalho TST/CSJT, Conselheira Consultiva da ENAMAT (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho), integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/FD/CNPq), da Associação Juízes para a Democracia (AJD), do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA) e Secretária da JUTRA (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho) 2023/2024.



OEA



Fábio Ribeiro Porto

Doutorando em Direito na Universidade Clássica de Lisboa. Mestre em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduado em Direito Privado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Desembargador Eleitoral. Juiz de Direito e Professor Universitário. Autor de Livros e artigos jurídicos. Membro do Comitê de Inteligência Artificial do Poder Judiciário - Conselho Nacional de Justiça. Membro do Comitê de Inovação do Conselho Nacional de Justiça. Professor Palestrante da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ). Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Privado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrou o Grupo de Trabalho sobre provas digitais do Conselho Nacional de Justiça. Membro do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação dos tribunais à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Ex Membro do Grupo de Trabalho da Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital da Comissão Permanente da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa. Ex Membro suplente do Comitê Gestor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (CGLGPD) do Conselho Nacional de Justiça.



OEA

Ex Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e Presidência do Estado do Rio de Janeiro. Ex Juiz Auxiliar da Presidência e da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Ex Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ na gestão do Ministro Luiz Fux.



OEA



Jean Michel Arrighi

Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade do Uruguai.

Professor de Direito Internacional Público na Universidade do Uruguai e na Universidade Católica do Uruguai.

Ministrou cursos em várias universidades na América e na Europa, incluindo a Hague Academy.

Entre muitas associações, é membro do "Institut de Droit International" e vice-presidente da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional.

Autor de livros e artigos sobre direito internacional público, sendo o último desses livros "A OEA e o direito internacional", publicado no México em 2015. Foi Diretor Nacional de Comércio do Uruguai. Desde 1993, é assessor jurídico da Secretaria-Geral da OEA, onde ocupou o cargo de Secretário de Assuntos Jurídicos desde 2008.



OEA



José Schettino

José Schettino é Procurador da República desde 2004 e Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é mestre em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Master of Laws - Common Law (LL.M - CL) pela University of British Columbia, no Canadá. Ingressou na carreira do MPF após breve atuação como Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, concurso em que obteve o primeiro lugar. Foi Procurador-Chefe Substituto (2014-2015) e Procurador-Chefe (2015-2017) da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.



OEA



Karel Ozon

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993) e Especialista em Sistema de Justiça Criminal (UFSC/FESMPDFT - 2004), é Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde ingressou por concurso público em 1999, atuando na área da Infância e da Juventude desde 2014. Exerce, atualmente, o mandato de Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Território (biênio 2025/2027). Foi um dos Coordenadores Nacionais do Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência - PROINFÂNCIA durante dois mandatos (2019/2021 e 2021/2023). Foi Membro Colaborador da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público entre 2019 e 2026, tendo integrando, ainda, o extinto GT de Orçamento da Criança e Adolescente, Fundo da Infância e Adolescência e temas correlatos, da referida Comissão.



OEA



Leandro de Matos
Coutinho

Mestre e doutorando em Direito Público pela UNESA. Advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 2002, com longa carreira executiva. Ex-presidente da Diretoria Executiva do Instituto Compliance Rio (ICRio) e atual presidente do Conselho Deliberativo do Instituto. Vice-presidente do Conselho Consultivo da Alliance for Integrity Brasil (2022 – 2024). Professor e palestrante em eventos nacionais e internacionais e autor do livro *Compliance Anticorrupção, a Lei das Estatais e a Defesa do Estado Democrático de Direito*, publicado pela Lumen Juris em 2018, além de diversos artigos em revistas e obras coletivas.



OEA



Leonardo Quintans
Coutinho

Bacharel em Direito e especialista em Direito Público. Foi Promotor de Justiça no Ministério Público da Bahia, ingressando posteriormente no Ministério Público da Paraíba, onde atuou em diversas Promotorias e exerceu as funções de Coordenador do CAO do Patrimônio Público, Secretário de Planejamento e Gestão e Coordenador do FOCCO/PB. Foi Presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (2021– 2025) e Diretor Nordeste da CONAMP. Em agosto de 2025, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba para o biênio 2025–2027. Professor universitário em nível de PósGraduação por 10 anos.



OEA



Luis Humberto
Toro Utillano

Luis Humberto Toro Utillano es oficial jurídico senior en el Departamento de Derecho Internacional de la Secretaría de Asuntos Jurídicos de la Secretaría General de la Organización de los Estados Americano (OEA). Entre sus responsabilidades, provee servicios de consejería legal en materia de derecho internacional a los Estados miembros de la OEA y apoya la labor de órganos del sistema interamericano, tal como el Comité Jurídico Interamericano y las Comisiones del Consejo Permanente y de la Asamblea General. Es además el oficial a cargo de los tratados dentro de la Secretaría General, y en tal capacidad garante de todas las acciones relativas con el depósito de instrumentos jurídicos del sistema interamericano, así como de los instrumentos de ratificación de los mismos. Se ha desempeñado como asesor legal de los Grupos de Trabajo encargados de la negociación, y adopción de convenciones, resoluciones y declaraciones del sistema interamericano desde finales del siglo anterior, así como de la implementación de planes de acción y mecanismos de protección a favor de grupos vulnerables relativos a la eliminación de la discriminación contra personas con discapacidad, el combate al racismo y toda forma de discriminación, los derechos de las personas mayores y de los pueblos indígenas.



OEA

Ha organizado eventos de formación sobre el sistema interamericano en diferentes Estados miembros de la OEA y ha participado en talleres y conferencias en instituciones académicas, así como en organizaciones gubernamentales nacionales e internacionales, tanto dentro del sistema interamericano como en las Naciones Unidas. Asimismo, ha publicado artículos sobre diversos aspectos del sistema interamericano y las labores que desempeña la OEA en la elaboración y difusión del desarrollo progresivo del derecho internacional.

Graduado en Derecho (LL.B.) de la Université de Montréal, en Canadá (Faculté de Droit). Posee también una maestría en derecho internacional (LL.M.) del Washington College of Law (American University) y un Bachillerato en Ciencias Políticas (B. Sc.) de la Université de Montréal.



OEA



Marcelo Crisanto
Souto Maior

Marcelo Crisanto Souto Maior é Vice-Presidente da ANPT. Procurador do Trabalho oriundo do 13º Concurso. Atualmente lotado na PRT 6ª Região. Foi lotado em Porto Velho (PRT 14ª Região) de 2007 a 2008; Arapiraca (PRT 19ª Região) 2009; Petrolina (PRT 6ª Região) 2010; Caruaru (PRT 6ª Região) 2011 e 2012; Recife (PRT 6ª Região), de 2013 até a presente data. Exerceu as funções de Procurador Chefe Substituto, Coordenador de PTM e Coordenador Regional da COORDINFÂNCIA, CONAETE, CONATPA e CONAP. Gerente Nacional do Projeto Portos Seguros - CONATPA, Diretor de Assuntos Legislativos e Diretor Financeiro da ANPT biênios 2016/2018 e 2018/2020. Foi Procurador Federal (2003), Procurador da Fazenda Nacional (2004), Procurador do Estado do Ceará (2005 a 2007) e Professor Substituto da Universidade Federal do Ceará (2005 e 2006). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Sevilha. Especialista em Direito do Trabalho Portuário e Marítimo.



OEA



Marcelo Daniel Duffy

Presidente, AJUFE ARGENTINA. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires (1993). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Austral (2000). Em sua atuação profissional, destaca-se sua atuação como Secretário Jurídico do Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação (1998-1999) e da Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina (2002-2011). Atualmente é Juiz da Sala IV da Exm^a Câmara Nacional de Recursos no Contencioso Administrativo Federal (2011 até hoje), que preside. Lecionou em cursos de graduação e pós-graduação em diversas universidades públicas e privadas (UBA, UCES, UCA, UB), bem como em diferentes instituições acadêmicas (IUPFA, Fundesi). É tutor de tese no Mestrado em Direito da UBA (2022). Tem participado de conferências sobre temas relacionados à sua especialidade dentro e fora do país e interveio como “juiz convidado” no Programa “Justiça 2020”, do Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação. É membro do Instituto de Direito Administrativo da Academia Nacional de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires (2004). É autor de várias publicações jurídicas especializadas (individualmente e em coautoria) relacionadas com o direito público (constitucional e administrativo).



OEA



Marco Aurélio
Marsiglia Treviso

Juiz do Trabalho Titular da 01ª Vara do Trabalho de Uberlândia (MG).

Mestre em Direito Público, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Membro do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho (IIBDT).

Vice-presidente da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), no biênio 2025/2027.



OEA



Maria do Socorro
Leal

Maria do Socorro Leal é Juíza Federal da Justiça Militar desde 1997, atualmente em exercício na 7ª Circunscrição Judiciária Militar e Vice-Presidente – Região Nordeste da Associação dos Juízes Federais da Justiça Militar (AJUFEM). Atuou como Defensora Pública do Estado do Ceará, advogada e professora de curso de graduação em Direito, em Fortaleza/CE. Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Cariri, pós-graduada pela Universidade Federal do Ceará e com estudos em Ciências Criminais na Universidade de Lisboa, em Portugal. Integrou a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (COMPREV) e atualmente representa o Superior Tribunal Militar no Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Conselho Nacional de Justiça.



OEA



Tarcísio José Sousa
Bonfim

Tarcísio José Sousa Bonfim é brasileiro, maranhense, nascido aos 07 dias do mês de dezembro de 1973, na cidade de São Luís/Ma. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão; Pós-graduação em Ciências Criminais pela UFSC; Pós-graduação em Direito Constitucional pelo UNICEUMA; Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 1999, onde passou pelas Promotorias de Justiça de Loreto, Icatu, Vitorino Freire, Cururupu, Balsas, João Lisboa e desde 2013, é titular da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís. 2º Vice-presidente da CONAMP no biênio 2018/2019; 1º Vice-presidente da CONAMP nos biênios; Presidente da CONAMP, biênio 2024/2026.



OEA



Valter Shuenquener
de Araújo

Tem Doutorado em Direito Público pela UERJ, com pesquisa de doutoramento na Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Atualmente é Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ, Juiz Federal e está atuando em regime de cooperação na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi Coordenador do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário por indicação do Presidente do STF (2020-2022) e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) no CNMP. Ocupou os cargos de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2020-2022), de Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público por indicação do Supremo Tribunal Federal (biênios de 2015-2017 e 2018-2020), de Juiz Auxiliar e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal (2011-2014), de Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral (2015), de Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001) e de Procurador Federal (2000).



OEA



Vanessa Ribeiro
Mateus

Vanessa Mateus é juíza de Direito do Estado de São Paulo desde 2000, tendo ingressado na magistratura pelo 173º concurso. É titular da 8ª Vara Cível do Fórum João Mendes, mestre em Direito, Justiça e Impacto na Economia pelo Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (CEDES) e professora da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Teve papel pioneiro na instalação do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em São Paulo. Também fez história ao se tornar a primeira mulher eleita e reeleita presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) em seus 70 anos de existência.

Sua trajetória no associativismo teve início ainda no começo da carreira, quando se filiou à Apamagis. Desde então, exerceu sucessivamente os cargos de tesoureira (biênio 2014/2015), 2ª vice-presidente (2016/2017), 1ª vice-presidente (2018/2019) e presidente por dois mandatos consecutivos (2020/2021 e 2022/2023). Na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), atuou como coordenadora da Justiça Estadual durante a gestão de Frederico Mendes Júnior (2023–2025) e, atualmente, é presidente da AMB pela chapa “Combatividade, Coragem e União”.



OEA



Walter Baere de
Araujo Filho

Procurador Federal, atualmente Diretor Jurídico do BNDES, ex-Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ex-Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra - Portugal. Foi Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi responsável pela Coordenação-Geral de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, foi um dos Coordenadores na elaboração dos Projetos de Lei para a exploração e produção de petróleo e gás natural na província do Pré-Sal e responsável pela redação do Anteprojeto de Lei para o Setor de Mineração. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ – e Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.



OEA



Walter Barone

Presidente da União Internacional de Magistrados – UIM.
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com assento na 14^a. Câmara de Direito Público.
Ex-presidente do Grupo Ibero-americano da UIM.
Ex-presidente da Federação Latino-Americana de Magistrados – FLAM.
Membro do Conselho Consultivo da Escola Paulista da Magistratura – EPM.
Coordenador de Cursos Internacionais da Escola Paulista da Magistratura – EPM.
Diretor-Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP.
Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo – FGV.
Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.
Doutorando em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.
Ex-bolsista do Instituto Max Planck de Direito Penal e Internacional em Freiburg, Alemanha.